



PROJETO DE LEI DO SENADO Nº. , DE 2008

Modifica o artigo 29, da Lei nº. 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que “Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico”, com o objetivo de proibir a cobrança de taxas ou tarifas e outros preços públicos da população, enquanto não forem finalizados os serviços de infra-estruturas e instalações operacionais e o saneamento básico respectivo estiver efetivamente sendo prestado à população.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. O § 1º, do artigo 29, da Lei nº. 11.445, de 05 de janeiro de 2007, passa a vigorar acrescido dos incisos IX, X, XI e XII, com a seguinte redação:

“Art. 29. Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços:

I - ...

II - ...

III - ...

§ 1º Observado o disposto nos incisos I a III do *caput* deste artigo, a instituição das tarifas, preços públicos e taxas para os serviços de saneamento básico observará as seguintes diretrizes:

I - ...

...



IX – A cobrança de taxas ou tarifas e outros preços públicos da população somente poderá ser implementada quando os serviços de infra-estruturas e instalações operacionais estiverem finalizados e o saneamento básico respectivo estiver efetivamente sendo prestado à população;

X – Após a finalização pelo poder público respectivo dos serviços de infra-estruturas e instalações operacionais, o cidadão beneficiado terá o prazo improrrogável de 90 (noventa) dias, a contar da notificação do titular do serviço, para fazer a ligação de sua rede particular com a rede pública.

XI - No caso de inação do notificado, nos termos do inciso anterior, o titular do serviço público respectivo aplicará uma multa administrativa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) de acordo com a capacidade econômica do consumidor.

XII – Nas populações e localidades de baixa renda a ligação da rede particular poderá ser subsidiada e até custeada pelo ente público respectivo.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor 90 (noventa) dias após sua publicação.

Art. 3. Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

Há décadas, a sociedade brasileira discute a questão sobre a legalidade de cobrança por parte da União, Estados e Distrito Federal e municípios brasileiros de taxas sobre os serviços de luz, água e esgoto, nos moldes em que ela é conceituada pelo art. 77 do Código Tributário Nacional, CTN, ou seja, não pela utilização efetiva dos referidos serviços, mas pela utilização potencial deles.

É comum a referida controvérsia chegar às portas do Poder Judiciário, que não adotou ainda um posicionamento único sobre o assunto, de modo que, atualmente, há duas correntes jurisprudenciais que se digladiam acerca da natureza jurídica da cobrança da contraprestação dos serviços de saneamento básico, que incluem o abastecimento de água potável, o esgotamento sanitário, a limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos e a drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, conforme determina o artigo 3º, inciso I, letras “a”, “b”, “c” e “d”, da Lei nº. 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que “Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico”.

A primeira corrente de pensamento considera o referido serviço público como taxa tributária, cujo conceito está estabelecido no art. 77 do Código Tributário Nacional, CTN, podendo ser cobrada simplesmente pela utilização potencial do serviço público, ou seja, basta que o serviço seja posto à disposição do contribuinte para que haja a cobrança da



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Romeu Tuma

referida taxa. Assim, a taxa de água e esgoto poderia ser implementada independente da prestação efetiva do serviço público.

A segunda corrente de pensamento considera o referido serviço público como tarifa ou preço público. Segundo esse entendimento a tarifa ou preço público de serviço de água e esgoto não tem natureza tributária somente podendo ser cobrado quando efetivamente prestado à população.

Toda a controvérsia tem a ver com o conceito de taxa estabelecido no art. 77 do CTN (Lei 5.172, 25/12/1966):

“Art. 77. As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

Parágrafo único. A taxa não pode ter base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondam a imposto nem ser calculada em função do capital das empresas.”

Os Juízos, Tribunais de 1ª e 2ª Instâncias, bem como os tribunais superiores e o Superior Tribunal de Justiça, STJ, adotam os dois entendimentos explicitados anteriormente, com julgamento considerando os serviços de água, esgoto e saneamento básico ora como taxa tributária ora como tarifa ou preço público. Não há consenso.

O Supremo Tribunal Federal, STF, vem decidindo, reiteradamente, que a natureza jurídica da contraprestação pelos serviços de fornecimento de água e esgoto por concessionária do Poder Público, caracteriza-se como tarifa ou preço público, tendo caráter não-tributário, ou seja, não pode ser cobrada taxa de esgotamento tarifária pela utilização potencial do referido serviço.

No entanto, não há ainda súmula ou orientação jurisprudencial do STF sobre o assunto.

Assim, segundo entendimento do STF, somente poderá ser cobrada tarifa ou preço público por serviço de esgotamento sanitário quando este for efetivamente prestado.

As decisões jurisprudenciais são as seguintes:

Acórdãos: RE-ED 447536/SC - Relator: Min. CARLOS VELLOSO, DJ 26-08-200; EDcl no RE n.º 456.048/SC, Rel. Min. Carlos Velloso, DJ de 06.09.2005.

Decisões monocráticas: AG n.º 225.143/SP, Rel. Min. Marco Aurélio, DJ de 23.02.1999; RE n.º 207.609/DF, Rel. Min. Néri da Silveira, DJ de 19.09.1999; RE n.º 424.664/SC, Rel. Min. César Peluso, DJ de 04.10.2004; RE n.º 330.353/RS, Rel. Min. Carlos Brito, DJ de 10.05.2004; AG n.º 9.693/SC, Rel. Min. César Peluso, DJ de 19.05.2004; AG n.º 480.559/SC, Rel. Min. César Peluso, DJ de 19.05.2004; RE n.º 488.200/MS, Rel. Min. Eros Grau, DJ de 13.09.2006; RE n.º 484.692/MS, Rel. Min. Eros Grau, DJ de 29.05.2006; e RE n.º 464.952/MS, Rel. Min.ª Ellen Gracie, DJ de 23.03.2006.

Assim, ao apresentar a presente proposição, pretende-se resolver definitivamente o assunto, pois constará no texto da Lei n.º 11.445/2007 que a cobrança daqueles serviços somente poderá ser implementada quando forem efetivamente prestados ao consumidor.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Romeu Tuma

Esperando merecer o acolhimento de meus eminentes pares do Senado da República e da Câmara dos Deputados é que submeto a presente proposição ao conhecimento do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, de agosto de 2008.

Senador **ROMEU TUMA**
PTB-SP